GAIURB,EM
URBANISMO E HABITAÇÃO

PLANO LOCAL DE AÇÃO INTEGRADA **PARA A ECONOMIA CIRCULAR NO SETOR DO URBANISMO E DA CONSTRUÇÃO**

Município de
Vila Nova de Gaia

R2CS
rede circular
para a construção
sustentável

ÍNDICE

1. Introdução pag.3

2. Enquadramento pag.8

3. Visão Estratégica e Metas pag.13

4. Objetivos específicos pag.17

5. Medidas e linhas de ação pag.22

6. Implementação e monitorização pag.35

7. Anexo 1 Relatório pag.40

"PARA O FUTURO DESEJAMOS, UMA **CIDADE MAIS 'CIRCULAR'** COM UM PLANEAMENTO EQUILIBRADO, NO QUE DIZ RESPEITO À DISTRIBUIÇÃO DOS USOS NO TERRITÓRIO, À REFUNCIONALIZ AÇÃO DOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS E BASEADO EM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS SUAS DIVERSAS VERTENTES."

GAIURB,EM
URBANISMO E HABITAÇÃO

R2CS
rede circular
para a construção
sustentável

MENSAGEM DO **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Plano Local de Ação Integrada (PLAI) estabelece a visão, os objetivos e as ações que o Município de Vila Nova de Gaia e a Gaiurb se propõem desenvolver dentro de um período de tempo de curta, média e longa duração por forma a acelerar e consolidar a transição para a circularidade no setor do urbanismo e da construção. É um instrumento de trabalho, dinâmico e iterativo que deve evoluir em resultado da sua implementação, dos objetivos alcançados e dos novos desafios.

O PLAI reflete um intenso trabalho de co- criação entre a Gaiurb, E.M. e os parceiros que se associaram a esta utopia de mudar o paradigma em que vivemos, pugnando por uma sociedade mais consciente, mais sustentável e mais justa. Congratulamos a InC2 - Iniciativa Nacional de Cidades Circulares, promovida pela DGT – Direção geral do Território, sob tutela do Ministério da Coesão Territorial e com o financiamento do Fundo Ambiental, e todos os intervenientes locais – setor público, setor privado, academia, ordens profissionais, comunidade – que se dispuseram a dar um passo em frente nesta transição.

Sabemos que a transição das cidades para a circularidade constitui um desafio exigente e que envolve toda a comunidade e estamos certos que este é o caminho!

António Miguel Castro
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GAIURB,EM URBANISMO E HABITAÇÃO

R2CS rede circular para a construção sustentável

INTRODUÇÃO

REPARAR
REPENSAR
EDUCAR p/
E Cincular
encontrar estra-
tégias no CCP
p/ privilegiar
os métodos
de construção
sustentável
COMUNICAÇÃO
parceiros
profissionais
entidades públs
sociedade
ARTICULAÇÃO
Políticas Públs
Academia
Tec. empresarial
Cidadãos

CARACTERIZAÇÃO DA REDE

A **R2CS – Rede Circular para a Construção Sustentável** é composta por 8 parceiros de 8 municípios comprometidos em acelerar a economia circular na construção e reabilitação das cidades. **Mangualde, Mértola, Oliveira de Frades, Ponta Delgada (Açores), Ponte de Sor, Ribeira Brava (Madeira), Valongo e Vila Nova de Gaia**, assumiram entre si o compromisso de trabalhar em parceria para provocar mudança no setor do urbanismo e da construção através do papel dos municípios e de um conjunto de parceiros, que se aliam à R2CS através dos Grupos de Planeamento e Ação Local. Os municípios que compõem a R2CS apresentam diferenças assinaláveis e muito evidentes, como a dimensão geográfica e demográfica, as condicionantes territoriais – destacando-se aqui os municípios insulares – e a cultura empresarial. Apesar das diferenças, a verdade é que as similitudes aproximam os vários municípios, identificando-se muito claramente os desafios, que são comuns: Como acelerar a economia circular na construção e reabilitação das cidades? Como as políticas locais podem estimular a adoção de abordagens mais circulares e por isso mais sustentáveis?

Liderada pela Gaiurb – Urbanismo e Habitação, E.M., a R2CS prossegue as finalidades de política pública quanto às condições de governança para a sustentabilidade, concorrendo para a melhoria do desenho de estratégias urbanas sustentáveis e planos de ação nas cidades, tendo por base um processo de planeamento de ação plenamente participativo e colaborativo.

MÉTODO

O trabalho de elaboração do **Plano Local de Ação Integrada (PLAI)** percorreu todas as atividades desenvolvidas pela **R2CS** ao longo da Fase 1 e Fase 2 do projeto, constituindo o objetivo final do trabalho, valorizando-se sempre o trabalho de colaboração e co- criação dentro da parceria (ou seja, entre os 8 parceiros) e a partilha e participação de todas as entidades envolvidas nos Grupos de Planeamento e Ação Local. A governança e a participação foram, por isso, palavras- chave no léxico da R2CS e os PLAI elaborados refletem este percurso e a riqueza das reflexões partilhadas.

O desenvolvimento do PLAI começou pela definição de uma visão comum aos 8 municípios parceiros da R2CS, através de uma abordagem dinâmica e colaborativa, de forma a encontrar e definir um denominador comum que conduzisse o trabalho a desenvolver para a promoção dos novos 3 R's da economia circular: Resiliência, Regeneração e Recirculação, devidamente articulados e vocacionados para o setor do urbanismo e da construção.

Ao definir esta visão comum com o foco assente na elaboração do plano de ação, foi importante consolidar as principais conclusões que orientam o trabalho dos municípios parceiros:

Reconhecer que a construção e o urbanismo constituem apenas umaparte da mudança. A transição para a circularidade envolve a cidade e as comunidades na sua globalidade, sendo essencial a sua transversalidade e multidisciplinariedade nos vários setores da economia;

Reconhecer que a mudança só se concretiza com a participação de todos, procurando-se por isso valorizar a contribuição de todos os atores e cidadãos criando instrumentos capazes de assegurar uma participação universal. A resiliência resulta do conhecimento e envolvimento de todos

Identificar os diferentes instrumentos e ferramentas disponíveis que possam guiar o setor AECO (Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação) na transição para a circularidade:

Instrumentos regulatórios	Estratégias e objetivos; planeamento urbano, monitorização e fiscalização; estabelecimento de standards e certificações;
Instrumentos económicos	Isenções de taxas; taxas de desincentivo; subsídios e apoios; contratação pública circular, parcerias entre o setor público e privado e reforço da responsabilidade dos atores;
Instrumentos soft	Investigação e programas educativos; campanhas de informação e ações de participação e capacitação; monitorização, tratamento e partilha de dados; Living Labs.

A metodologia de trabalhou visou, por isso, refletir este reconhecimento e contribuir para a elaboração e sistematização de um plano de ação que preveja uma resposta, inovadora e criativa, mas simultaneamente realista e exequível. A utopia (desejo) de contribuir para um desenvolvimento urbano sustentável e ambientalmente responsável, que melhore os nossos territórios tornando-os mais humanos e resilientes à mudança e aos desafios, são motores do empenho e da motivação, mas não devem potenciar a criação de medidas irreais e inexequíveis, que possam ser consideradas demagógicas e inalcançáveis.

Com este objetivo em mente, o PLAI foca-se em identificar os objetivos gerais que cada município pretende alcançar, e que estão em perfeita conexão com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e outros instrumentos estratégicos publicados pela União Europeia. Dos objetivos gerais partimos para a decomposição em objetivos específicos que darão lugar às ações a desenvolver e implementar. Toda a sistematização encontra-se perfeitamente alinhada com a utilização de terminologia unívoca e estabilizada, assente num glossário de conceitos referentes à circularidade no setor do urbanismo e da construção, que foi produzido durante a Fase 2 da R2CS e que é comum a todos os parceiros.

A sistematização lógica e estruturada dos PLAI confere um elevado grau de certeza e concretização ao documento produzido, permitindo reconhecer o raciocínio cognitivo estabelecido para a determinação das ações identificadas em cada um dos planos de ação, identificando-as quase imediatamente como as ações capazes de provocar a mudança desejada. Acresce a este percurso cognitivo, a consciência de que estamos perante um documento iterativo, mutável e em mudança, pois os desafios são muitos, não podendo, por isso, ter-se a pretensão de que se trata de um documento estanque. A mudança incorpora o crescimento, e vice-versa, sendo essencial aceitar as necessárias mutações que o PLAI irá sofrer ao longo do seu ciclo de vida.

Por último, importa também definir as fontes de financiamento disponíveis capazes de auxiliar os municípios e os restantes parceiros na implementação e concretização das ações definidas, estabelecendo-se uma linha cronológica responsável e séria, que defina com exatidão a perspetiva temporal idealizada.

Esta determinação vem acompanhada do estabelecimento de um modelo de governação e cooperação que promova o desenvolvimento das ações definidas e outras que possam surgir como capazes de alavancar a circularidade no setor do urbanismo e da construção, bem como de uma estrutura de monitorização capaz de assegurar a "vigilância" das ações propostas, permitindo identificar desvios e a adoção de medidas de mitigação.

ENQUADRAMENTO

Todos nós passamos uma parte significativa do nosso dia em edifícios e em ambientes construídos: praças, jardins, lugares. A construção, manutenção e demolição dos edifícios e dos espaços urbanos apresentam muitos desafios e oportunidades para a economia circular, a mitigação das alterações climáticas e o ambiente.

Aliás, sabemos que o setor da construção civil é conhecido por ser um "setor clássico", no qual os métodos tradicionais são ainda muito utilizados, com um histórico de extração de recursos naturais e produção de resíduos muito elevado.

Figura 1.
Imagem extraída do Plano de Ação para a Circularidade na Construção (PACCO), Sumário Executivo;

Built CoLab - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro

Durante o projeto da R2CS identificamos os principais desafios que reconhecemos também como o nosso ADN, o léxico que pautou o trabalho desenvolvido e seguramente ditará o rumo que vamos traçar no futuro:

Cooperação, interurbana e nacional

No estabelecimento de redes capazes de fomentar a partilha e a aprendizagem

Transição

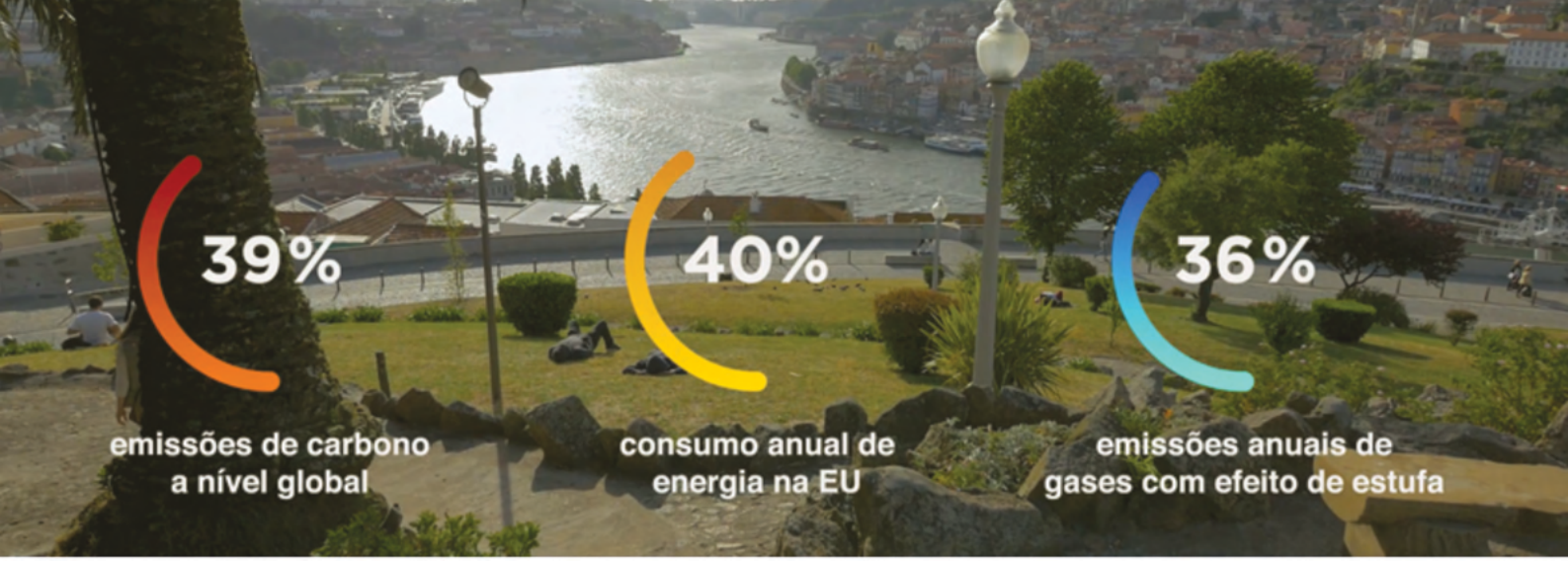
Para uma economia circular e de baixo carbono

Território

Como elemento essencial das políticas públicas capazes de promover a mudança

Cidadania

Ativa e informada como pilar da sustentabilidade e resiliência



Os números relacionados com as emissões de carbono na área da construção são marcantes. A construção civil é responsável por 39% das emissões de carbono a nível global, e a utilização dos edifícios representa 40% do consumo anual de energia da União europeia e 36 % das emissões anuais de gases com efeito de estufa do setor da energia.

Estas são percentagens que nos preocupam para conseguirmos assumir o compromisso para a descarbonização das nossas cidades e do nosso planeta e assim assegurar um futuro mais sustentável.

A Economia Circular, por contraposição à correntemente designada de Economia Linear, pode ser definida como um sistema regenerativo em que a entrada de recursos, a produção de resíduos e emissões e as perdas de energia são minimizadas pela desaceleração, redução e fecho dos ciclos de materiais e energia.

A Economia Circular preconiza, assim, que a magnitude dos fluxos de materiais e energia entre o ambiente e a economia se deve minimizar à custa de um aumento da circulação mais continuada dos fluxos dentro da economia, reduzindo a atual dependência do ambiente.

Edifícios

Cidade

Planeamento

Este Plano de Ação apresenta os objetivos estratégicos do município de Vila Nova de Gaia no âmbito da economia circular nas áreas da construção e no urbanismo, definindo diretrizes de apoio e suporte a todos intervenientes no processo construtivo das cidades, na procura de um (re)uso sustentável e natural dos recursos potenciando a transição para uma economia circular e de baixo carbono com foco na durabilidade, adaptabilidade e redução de recursos em edifícios e espaço público.

Deste modo, é coerente com a ambição política municipal e com os programas e projetos estratégicos e operacionais definidos para promover a transição para uma economia circular, tais como: Plano Estratégico de Gaia, Agenda de Desenvolvimento Sustentável Gaia-2030, Plano de Ação desenvolvido no âmbito do Pacto de Autarcas, etc. No plano externo, o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), o Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) constituem documentos de política estratégicos de referência para o Plano a par com o Green Deal, o Fit for 55, o New European Bauhaus e o regime europeu para a promoção do investimento sustentável.

Este Plano de Ação foi desenvolvido no âmbito do projeto R2CS, um projeto da Iniciativa Cidades Circulares (InC2) para a melhoria das políticas da economia circular, e encontra-se orientado em particular para o tema prioritário Urbanismo e Construção e complementarmente para os temas transversais Descarbonização e Investimento e Contratação Pública.

O processo de desenvolvimento deste Plano de Ação foi, também, o resultado de um conjunto de interações internas e externas, no âmbito do projeto R2CS.

A nível interno, foi desenvolvido um conjunto de documentos de preparação e enquadramento do Plano de Ação. Estes documentos referem-se à análise local e definição da ambição estratégica e às Boas Práticas recolhidas e integradas no Repositório de Boas Práticas do projeto.

Esta abordagem teve necessariamente de considerar a forte dinâmica urbanística que se tem vindo a sentir em Vila Nova de Gaia, onde os pedidos de licenciamento e procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas têm sofrido fortes variações, maioritariamente no sentido ascendente.

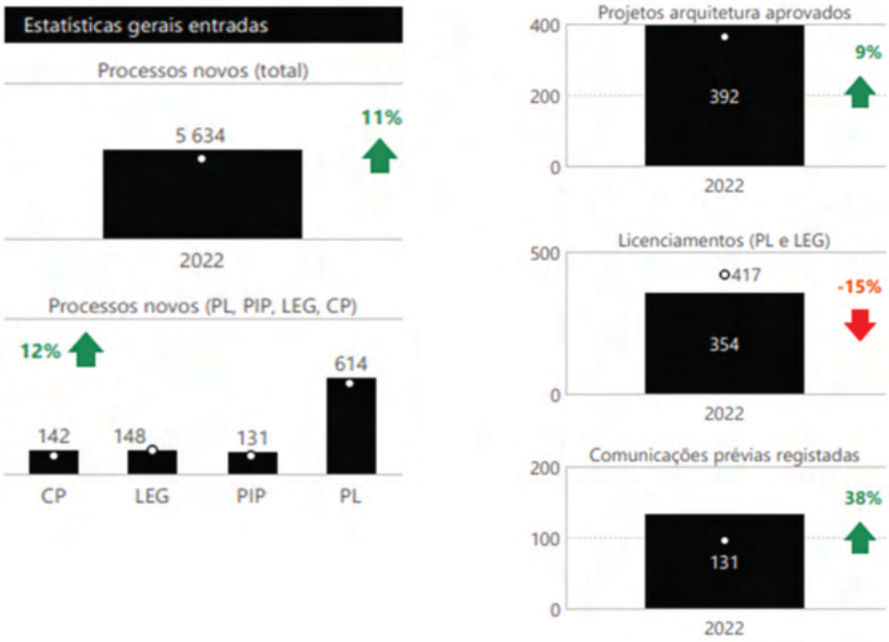


Figura 2.
Processos novos registados em junho de 2022, indicando uma variação ascendente em relação ao período homólogo de 2021.

A análise local e definição da ambição estratégica exigiu uma extensa análise de contexto do território de Gaia, que incluiu não só a recolha de dados, mas também uma abordagem das fragilidades/expectativas no processo de formulação de políticas, exploração de recursos, investimentos e envolvimento da comunidade, com base nos pilares estratégicos do projeto. Foram igualmente analisadas as estratégias e programas nacionais/regionais e locais de sustentabilidade, economia circular e descarbonização, com vista ao estabelecimento de uma declaração política com as expectativas preliminares de Vila Nova de Gaia a serem incluídas neste Plano de Ação.

Também a nível interno, as atividades de interação do projeto (incluindo visitas de estudo, sessões de (in)formação, eventos inter-regionais e conferências temáticas) proporcionaram excelentes oportunidades para a partilha de conhecimento e boas práticas a serem incorporadas na estratégia local.

A nível externo, a interação com o Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL) e com os técnicos do município e empresas municipais, no decorrer das reuniões de GPAL, foi também muito útil para a análise e apresentação de propostas de medidas e linhas de ação, a serem desenvolvidas, implementadas e monitorizadas no âmbito deste Plano de Ação.

VISÃO, ESTRATÉGIA E METAS

> Para o futuro desejamos, **uma cidade mais 'circular'** com um planeamento equilibrado, no que diz respeito à distribuição dos usos no território, à refuncionalização dos edifícios e espaços e baseado em práticas sustentáveis nas suas diversas vertentes.

O objetivo da rede é provocar **mudança** no setor do **urbanismo e da construção** através do papel dos municípios e de um conjunto de parceiros, que se aliam à R2CS nos GPAL, através dos seguintes eixos estratégicos:

- **Definir diretrizes de apoio e suporte** aos intervenientes no processo construtivo das cidades, na procura de um **(re)uso sustentável e natural dos recursos;**
- Potenciar a **transição para uma economia circular e de baixo carbono** com foco na durabilidade, adaptabilidade e redução de recursos em edifícios e espaço público;
- Apostar na **sensibilização e consciencialização** tomando como mote as iniciativas das entidades públicas locais como inspiração e estímulo à experimentação.

Inspired by Ellen MacArthur Foundation

O reconhecimento de que estamos a trabalhar num setor "clássico", com um historial de elevada produção de resíduos e desperdício e a carecer de um forte investimento em termos de capacitação e atualização, é essencial para iniciar este percurso de mudança e de alteração, que se quer procedimental mas também comportamental. Por esse motivo a mudança inicia-se com o reconhecimento das várias dimensões do problema:

1.ª dimensão uso dos edifícios

Flexível e adaptativo, permitindo uma refuncionalização ágil e coerente com o sistema urbano existente. O edifício e o seu uso são, por isso, a primeira expressão da circularidade. Ao prever espaços conectados, com recursos a estruturas modulares e volumes flexíveis, torna-se possível conferir usos multifuncionais dentro dos mesmos espaços, tirando maior partido das áreas e volumes existentes, fomentando ao mesmo tempo a partilha de espaços. Numa segunda vertente, mais utilitária, estamos aqui também a incluir o recurso a equipamentos inteligentes e circulares, interligados e assentes em energias renováveis, muitas das vezes provenientes da utilização do edifício;

2.ª dimensão conceção e construção

Começando pela fase de projeto onde devem estar já previstos os modos circulares a adotar na fase de construção. Esta dimensão comporta várias sub-dimensões: projeto, preparação, construção e utilização. Pretende-se que a conceção e construção dos edifícios tenha como pilar estratégico a desconstrução seletiva, que inclui a identificação e catalogação de materiais a utilizar, sejam provenientes da obra ou não, de carácter circular que permitam, em fase de obra, a sua reincorporação e, no futuro, o desmantelamento da obra para posterior utilização noutras edificações e/ou espaços. Neste domínio surgem ainda os conceitos de arquitetura passiva, energia e reutilização de água e resíduos para fomentar a auto-suficiência do edificado de modo a reduzir as necessidades de consumo de energias e materiais primários. A adoção de soluções baseadas na natureza constitui também uma ferramenta a considerar na conceção do projeto que se pretende mais circular e mais sustentável.

Opção por modos construtivos mais inovadores, capazes de reduzir a produção de resíduos em obra, como a construção modular e off-site. Estas metodologias, para além dos inegáveis benefícios em matéria ambiental (seja no que respeita aos resíduos produzidos, como também ao ruído proveniente das obras de construção civil) contribui ainda para a promoção da igualdade e equidade social ao criar postos de trabalho adequados a trabalhadores mais seniores ou do sexo feminino que muitas vezes se encontram arredados do trabalho de construção civil pensado de uma forma mais clássica ou tradicional.

3.ª dimensão
ecossistema
das cidades

Promove um planeamento urbano assente em multifunciona-lidade dos espaços públicos, gestão dos vazios urbanos e mobilidade suave em perfeita harmonia e equilíbrio com a previsão e promoção de espaços verdes mais qualificados, arruamentos arborizados e áreas urbanas mais densas e compactas, que tirem partido dos espaços existentes.

Em síntese, pretende-se uma aproximação holística aos problemas identificados, procurando encontrar soluções de base local, em total cooperação com os atores locais do setor AECO, que permita alcançar as seguintes metas:

2025

Técnicos mais capazes, mais atentos e com maior sensibilidade e conhecimento técnico para auxiliar na implementação de práticas mais circulares;

Regulamentação municipal capaz de promover uma construção circular, apontando soluções concretas nas normas de edificação e urbanização;

2027

Procedimentos de contratação pública que incluam parâmetros de economia circular para promover compras mais sustentáveis;

Incentivos municipais à construção sustentável, como por exemplo reduções e isenções de taxas urbanísticas expressamente previstas em regulamento municipal;

2030

Infraestruturas municipais capazes de promover o processo de recolha e reciclagem de materiais desmantelados da construção;

Todos os projetos de arquitetura prevejam o desmantelamento do edifício e a reutilização dos materiais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tornar a Cidade Circular: uma cidade que advoga os novos 3R's:
Resiliência, Regeneração e **Recirculação**

RE.pensar

A capacitação, sensibilização e informação dos atores envolvidos

- Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral

RE.inventar

A necessidade, de rever práticas e procedimentos internos de modo a incorporar mecanismos de circularidade

- Promover um investimento público assente em princípios de circularidade
- Promover a refuncionalização e reutilização de edifícios e lugares

RE.definir

A relevância estratégica de definição de incentivos económicos e regulamentação para promover a circularidade

- Promover a economia circular nas obras particulares
- Valorizar e difundir boas práticas

RE.utilizar

Promoção de estratégias e medidas capazes de reduzir o uso de recursos e materiais, aumentando o seu ciclo de vida

- Rastrear e catalogar os materiais
- Prolongar a vida dos materiais usados em obra e sua reincorporação ou refuncionalização

GAIURB.EM URBANISMO E HABITAÇÃO

R2CS rede circular para a construção sustentável

O plano de ação assenta nesta visão estratégica e procura desenvolver os pilares da economia circular, inovação, cidadania e uso eficiente de recursos e materiais, procurando-se encontrar linhas de ação, orientadas para os objetivos gerais e específicos determinados, que permitam, passo a passo, construir uma visão de cidade circular, resiliente e inclusiva.

Considerando a visão e objetivos estratégicos definidos, e ciente da incerteza da disponibilidade financeira para o desenvolvimento deste Plano de Ação, a Gaiurb identificou um conjunto de objetivos e medidas específicas, com a expectativa de que as condições necessárias para a sua implementação sejam criadas.

Das várias reuniões e conversas realizadas com os parceiros do GPAL e alinhando o PLAI com os instrumentos disponíveis para a promoção da circularidade, ressaltaram como temáticas centrais:

(i) capacitação, sensibilização e informação dos atores envolvidos, sejam eles técnicos municipais, projetistas e cidadãos (temática **RE.pensar**);

(ii) a necessidade de rever práticas e procedimentos internos de modo a incorporar mecanismos de circularidade, dando o exemplo (temática **RE.inventar**);

(iii) a relevância estratégica da definição de incentivos económicos e regulamentação para promover a circularidade no urbanismo e na construção (temática **RE.definir**);

(iv) a promoção de estratégias e medidas capazes de reduzir o uso de recursos e materiais, aumentando o seu ciclo de vida (temática **RE.utilizar**).

Os objetivos específicos densificam as temáticas centrais para assegurar uma efetiva promoção da economia circular nos processos de construção, urbanização e planeamento urbano:

1 Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral – aqui identifica-se a formação e informação como pilar da transição, reconhecendo-se o papel das Universidades e Academia na construção de um conhecimento adequado aos desafios da atualidade;

2 Promover um investimento público assentes em princípios de circularidade – através da contratação pública, aproveitando as oportunidades do Código dos Contratos Públicos para a promoção de políticas sectoriais, onde se inclui a transição para a economia circular, reconhecendo-se a particular importância dos procedimentos de contratação de empreitadas de obras públicas;

3 Promover a refuncionalização e reutilização de edifícios e lugares – mapeando e identificando os espaços vazios como lugares de oportunidade e uso, evitando-se a construção de edifícios e lugares de uso e função exclusiva, com tempos limitados de vida;

4 Promover a economia circular nas obras particulares – começando por criar incentivos e normas orientadoras que auxiliem os particulares a tomar opções circulares na conceção das obras particulares;

5 Valorizar e difundir as Boas Práticas – como instrumento de informação, mas também de reconhecimento e valorização de boas práticas e projetos desenvolvidos com mecanismos e princípios circulares.

6 Prolongar a vida dos materiais usados em obra e sua reincorporação ou refuncionalização.

A seguinte tabela apresenta um resumo destes objetivos específicos, bem como as correspondentes linhas de ação.

Temática	Objetivos específicos	Linha de Ação
RE.pensar Capacitar informar, sensibilizar	Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral	Implementar as conversas circulares como prática recorrente
		Elaboração de um guia para a circularidade no urbanismo e na construção
		Divulgação de Boas Práticas nacionais e internacionais
RE.inventar Práticas e mecanismos de Economia Circular nos procedimentos internos	Promover um investimento público assente em princípios de circularidade	Criar critérios de circularidade para incluir nos procedimentos de contratação pública.
	Promover a refuncionalização e reutilização de edifícios e lugares	Mapear edifícios, infraestruturas e vazios urbanos que sejam suscetíveis de refuncionalização e usos temporários
		Criar condições para promover ações piloto e experimentação

Temática	Objetivos específicos	Linha de Ação
RE.definir Incentivos e regulamentação para promover a circularidade no urbanismo e na construção	Promover a economia circular nas obras particulares	Incluir no RTORM isenções e reduções de taxas para operações urbanísticas que promovam a circularidade
		Prever normas no RMUE para promover a reutilização de materiais e a desconstrução
	Valorizar e difundir as Boas Práticas	Criação de um prémio para distinguir boas práticas no Concelho
RE.utilizar Reduzir o uso de recursos e materiais; aumentar o ciclo de vida	Rastrear e Catalogar os materiais	Implementar ficha de catalogação de materiais utilizados em obras municipais (empresa e município)
	Prolongar a vida dos materiais usados em obra e sua reincorporação ou refuncionalização	Criação de pontos de recolha de materiais resultantes da desconstrução de obras municipais para uso municipal (no futuro e eventualmente entre municípios)
		Criação de plataforma digital para disponibilização de materiais resultantes da desconstrução para reutilização

MEDIDAS E LINHAS ESTRATÉGICAS

Linha de Ação 1

Implementaras conversas circulares como prática recorrente

1. Objetivo
Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Universidades e Ordens Profissionais; Outros parceiros do setor

3. Cronograma

4. Orçamento
3.000,00€/ ano – honorários, deslocações, alojamento de palestrantes que se desloquem ao município para colaborar nas Conversas Circulares

5. Fontes de Financiamento
Capitais Próprios; Portugal 2030; Fundo Ambiental; PRR

6. Riscos
Não foram identificados riscos a assinalar.

Linha de Ação 2

Elaboração de um guia para a circularidade no urbanismo

e na construção

1. Objetivo
Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Universidades e Ordens Profissionais; BuiltCoLab

3. Cronograma

4. Orçamento
25.000,00€

5. Fontes de Financiamento
Portugal 2030; Horizon Europe; Programas de Aceleração para Start-Ups e Empreendedores; Crowdfunding;

6. Riscos

Risco No estabelecimento de redes capazes de fomentar a partilha e a aprendizagem contínuas;	**Grau** Médio	**Medidas** Prestação de informação aos requerentes dos procedimentos de controlo prévio
Risco No estabelecimento de redes capazes de fomentar a partilha e a aprendizagem contínuas;	**Grau** Médio	**Medidas** Prestação de informação aos requerentes dos procedimentos de controlo prévio

Linha de Ação 3

Divulgação de Boas Práticas nacionais e internacionais

1. Objetivo
Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Universidades e Ordens Profissionais;

3. Cronograma

4. Orçamento
3.000,00€ / ano – criação de um repositório de boas práticas acessivel e colaborativo

5. Fontes de Financiamento
Capitais Próprios; Crowdfunding

6. Riscos
Não foram identificados riscos a assinalar.

Linha de Ação 4

Criar critérios de circularidade para incluir nos procedimentos de contratação pública

1. Objetivo
Promover um incestimento público assente em princípios de circularidade

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia

3. Cronograma

4. Orçamento
Não aplicável

5. Fontes de Financiamento
Não aplicável

6. Riscos

Risco Necessidade de um compromisso por parte dos técnicos	**Grau** Médio	**Medidas** Facilitar a aplicação de critérios de circularidade nos procedimentos de contratação pública através de elaboração de minutas e orientações técnicas
Risco Reduzido impacto da medida por inoperância do mercado	**Grau** Médio	**Medidas** Aceitar o Risco

Linha de Ação 5

Mapear edifícios e infraestruturas e vazios urbanos
que sejam suscetíveis de refuncionalização e usos temporários

1. Objetivo
Promover a formação e sensibilização de técnicos e da comunidade em geral

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Universidades e Ordens Profissionais;

3. Cronograma

4. Orçamento
Não aplicável

5. Fontes de Financiamento
Não aplicável

6. Riscos
Não foram identificados riscos a assinalar.

Linha de Ação 6

Criar condições para promover ações piloto e experimentação

1. Objetivo
Promover a refuncionalização e reutilização de edifícios e lugares

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia

3. Cronograma

4. Orçamento
A definir

5. Fontes de Financiamento
Portugal 2030; Horizon Europe; Interreg Europe; New European Bauhaus; Programas de Aceleração para Start-Ups e Empreendedores; Crowdfunding;

6. Riscos

Risco Necessidade de um compromisso político sério e de longo prazo	**Grau** Médio	**Medidas** Divulgar PLAI; Sensibilizar e informar
Risco Dificuldade na identificação das melhores metodologias a adotar para a promoção da ação	**Grau** Médio	**Medidas** Conhecer e explorar novas metodologias de trabalho (nacionais e internacionais); Reforçar o repositório de boas práticas
Risco Falta de financiamento	**Grau** Médio	**Medidas** Aceitar o risco

Linha de Ação 7

Incluir no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais (RTORM) isenções e reduções de taxas para operações urbanísticas que promovam a circularidade

1. Objetivo
Promover a economia circular nas obras particulares

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia

3. Cronograma

4. Orçamento
Não aplicável

5. Fontes de Financiamento
Não aplicável

6. Riscos

Risco Necessidade de um compromisso político sério e de longo prazo	**Grau** Médio	**Medidas** Divulgar PLAI; Sensibilizar e informar
Risco Reduzida aplicabilidade das isenções e reduções previstas no RTORM	**Grau** Elevado	**Medidas** Divulgação das isenções e reduções; Prestação de informação aos requerentes dos procedimentos de controlo prévio
Risco Monitorização e verificação do cumprimento	**Grau** Médio	**Medidas** Criação de indicadores de controlo; Reforço da fiscalização

Linha de Ação 8

Prever normas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) para promover a reutilização de materiais e a descontrução

1. Objetivo
Promover a economia circular nas obras particulares

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia; Projetistas

3. Cronograma

4. Orçamento
Não aplicável

5. Fontes de Financiamento
Não aplicável

6. Riscos

Risco Necessidade de um compromisso político sério e de longo prazo	**Grau** Médio	**Medidas** Divulgar PLAI; Sensibilizar e informar
Risco Reduzida aplicabilidade das regras estabelecidas	**Grau** Elevado	**Medidas** Divulgação do guia para a circularidade no urbanismo e na construção; Prestação de informaçao aos requerentes dos procedimentos de controlo prévio
Risco Monitorização e verificação do cumprimento	**Grau** Médio	**Medidas** Criação de indicadores de controlo; Reforço da fiscalização

Linha de Ação 9

Criação de um prémio para distinguir
boas práticas no Concelho

1. Objetivo
Valorizar e difundir as Boas Práticas

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia; Universidades e Ordens Profissionais;

3. Cronograma

4. Orçamento
15.000,00€/ano

5. Fontes de Financiamento
Capitais Próprios

6. Riscos

Risco Necessidade de um compromisso político sério e de longo prazo	**Grau** Médio	**Medidas** Divulgar PLAI; Sensibilizar e informar
Risco Falta de reconhecimento do prémio	**Grau** Elevado	**Medidas** Comunicar o prémio nos meios de comunicação social; Difundir e divulgar os premiados nas páginas institucionais

Linha de Ação 10

Criação de ficha de catalogação de materiais utilizados em obras municipais (empresa e município)

1. Objetivo
Rastrear e Catalogar os materiais para colmatação de necessidades de reparação/reabilitação nas obras municipais (Gaiurb, EM e Município)

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.;

3. Cronograma

4. Orçamento
5.000,00€

5. Fontes de Financiamento
Fundo Ambiental; Capitais Próprios

6. Riscos

Risco Reduzida aplicabilidade da ficha nos procedimentos internos	**Grau** Reduzido	**Medidas** Due diligence prévia ao início dos procedimentos de reabilitação de frações/ edifícios
Risco Monitorização e verificação do cumprimento	**Grau** Reduzido	**Medidas** Criação de indicadores de controlo

Linha de Ação 11

Criação de pontos de recolha de materiais resultantes da descontrução de obras municipais para o uso municipal (no futuro e eventualmente entre municípios)

1. Objetivo
Prolongar a vida dos materiais usados em obra e sua reincorporação ou refuncionalização

2. Atores envolvidos
Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia;

3. Cronograma

4. Orçamento
10.000,00€ - Inventariação e organização de armazém;
A definir/ano - Desmontagem, transporte e manutenção dos materiais a armazenar

5. Fontes de Financiamento
Capitais Próprios

6. Riscos

Risco Deterioração e desgaste dos materiais armazenados	**Grau** Médio	**Medidas** Controlo e identificação do estado de manutenção dos materiais
Risco Escassa utilização dos pontos de recolha/ Permanência dos materiais em stock por longos períodos (necessidade de grandes áreas de armazenagem	**Grau** Médio	**Medidas** Divulgação do repositório de materiais pelos serviços municipais

Linha de Ação 12

Criação e disponibilização de uma plataforma digital em troca de materiais para reutilização (promover o encontro entre a oferta e a procura no setor privado)

1. Objetivo
Prolongar a vida dos materiais usados em obra e sua reincorporação ou refuncionalização

2. Atores envolvidos
Empresas de IT; Gaiurb, E.M.; Minicípio de Vila Nova de Gaia; ; Comunidade

3. Cronograma

4. Orçamento
A definir

5. Fontes de Financiamento
Portugal 2030; Horizon Europe; Programas de Acelaração para Start-Ups e Empreendedores; Crowdfunding

6. Riscos

Risco	Grau	Medidas
Dificuldade na escolha do parceiro tecnológico	Reduzido	Divulgação da iniciativa através de métodos abertos e procedimentos transparentes (open cal; parcerias para a inovação)

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

Durante a implementação do PLAI, é essencial manter uma estreita vigilância sobre o progresso e a qualidade da sua concretização, identificar desvios e obstáculos e desenvolver respostas para assegurar que os objetivos são atingidos e as ações propostas são implementadas.

A monitorização consiste na recolha regular e sistemática de dados sobre a implementação do PLAI e exige a determinação de um procedimento de gestão de projeto, atribuindo-se a responsabilidade pelo seu acompanhamento a uma equipa composta por várias pessoas envolvidas nos setores de atividade mais impactados.

Este acompanhamento deve incluir a prestação de informação regular sobre o progresso das atividades e a entrega de resultados (utilizando indicadores), sobre a concretização das ações.

A gestão do projeto significa utilizar a informação de monitorização recolhida para analisar os progressos e ajustar as atividades conforme necessário para alcançar os objetivos, efetuando uma avaliação progressiva do PLAI.

Através da avaliação pretende-se efetuar uma reflexão sobre a execução PLAI durante e após o seu período de vigência, que se encontra relacionado com a linha cronológica estabelecida para a sua concretização. Através da avaliação pretende-se ainda recolher feedback sobre as ações efetivamente concretizadas, âmbito e qualidade das realizações e resultados. A avaliação também tem como objetivo apurar o impacto do PLAI: o que mudou com a implementação das ações elencadas? Quais os objetivos específicos e gerais que foram alcançados?

Na tabela seguinte encontram-se sistematizados os principais indicadores estabelecidos:

LInha de Ação	Indicadores
Implementar as conversas circulares como prática recorrente	• N.º de conversas circulares realizadas; • N.º de participantes presentes nas conversas circulares.
Elaboração de um guia para a circularidade no urbanismo e na construção	• Acessibilidade do Guia para a Circularidade na página institucional da Gaiurb e do Município; • Downloads efetuados do guia.
Criar critérios de circularidade para incluir nos procedimentos de contratação pública.	• Disponibilização de minutas e material de apoio relacionado com os procedimentos de contratação pública; • N.º de procedimentos lançados com inclusão de critérios de circularidade.
Mapear edifícios e infraestruturas e vazios urbanos que sejam suscetíveis de refuncionalização e usos temporários	• Disponibilização dos edifícios e lugares identificados; • N.º de atividades e usos temporários desenvolvidos.
Criar condições para promover ações piloto e experimentação	• Criação de um regulamento para promover ações piloto e experimentação; • N.º de ações piloto/experimentais desenvolvidas.

LInha de Ação	Indicadores
Incluir no RTORM isenções e reduções de taxas para operações urbanísticas que promovam a circularidade	• Alteração do artigo 16.º do RTORM; • N.º de isenções ou reduções de taxas aprovadas.
Prever normas no RMUE para promover a reutilização de materiais e a desconstrução	• Alteração do RMUE; • N.º de processos de controlo prévio que prevêem a reutilização de materiais e desconstrução
Criação de um prémio para distinguir boas práticas no Concelho	• Criação de um regulamento para atribuição do prémio;
Criação de ficha de catalogação de materiais utilizados em obras municipais (empresa e município)	• N.º de fichas de catalogação preenchidas; • % de materiais incorporados em obras promovidas pela Gaiurb, E.M.
Criação de pontos de recolha de materiais resultantes da desconstrução de obras municipais para uso municipal (no futuro e eventualmente entre municípios)	• % de materiais incorporados em obras promovidas pela Gaiurb, E.M. ou pelo Município
Criação de plataforma digital para disponibilização de materiais resultantes da desconstrução para reutilização	• Disponibilização da plataforma; • N.º de acessos à plataforma e utilizadores registados.

COMUNICAÇÃO

A comunicação do PLAI encontra-se intimamente relacionada com a sua implementação e monitorização, permitindo alcançar a divulgação e impacto pretendidos e esperados. Assim, as atividades de comunicação do PLAI serão realizadas em coerência com o Plano de Comunicação estabelecido no início dos trabalhos da R2CS e assentam em três canais distintos:

COMUNICAÇÃO EXTERNA – com os membros do GPAL e o público em geral, prevendo-se a possibilidade de desenvolver ações concretas que visem informar os cidadãos sobre as atividades a desenvolver no âmbito do PLAI e os progressos realizados. Em simultâneo, esta comunicação externa deve preocupar-se em recolher contributos, opiniões e sugestões adicionais que possam derivar de consulta ou iniciativas desenvolvidas vocacionadas para os cidadãos.

Os processos de comunicação externa serão concretizados através de notícias nas páginas institucionais da Gaiurb, E.M. e do Município, bem como através da divulgação de relatórios e outros documentos através das redes sociais institucionais (facebook, instagram, linkedin).

COMUNICAÇÃO TÉCNICA INTERNA - esta atividade pretende comunicar o PLAI internamente, nos serviços da estrutura interna da Gaiurb e do Município, em função das concretas atribuições e tarefas que competem a cada um dos serviços. O objetivo desta comunicação direcionada é assegurar a coerência entre a atividade dos diferentes serviços municipais, garantindo que a atuação se encontra alinhada com as ações e compromissos estabelecidos no PLAI.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, INTERNA E EXTERNA - esta atividade procura coordenar os atores dos diferentes departamentos do Município, a fim de garantir a implementação do PLAI. Esta atividade de comunicação deve ser dirigida aos decisores políticos locais, bem como a todos os parceiros institucionais que possam desempenhar funções ao nível supramunicipal (como por exemplo, a CCDR-N, a AMP, entre outros).

ANEXO 1
RELATÓRIO

NOTA PRÉVIA

Antes de apresentar o trabalho desenvolvido, importa deixar três notas prévias que consideramos essenciais e que contribuíram fortemente para alcançar os resultados que agora se encontram plasmados no PLAI.

Uma primeira nota prévia para referir que, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19 em Portugal, na fase inicial do projeto R2CS as reuniões do Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL) sofreram algumas limitações. Apesar disso, a equipa dedicada ao projeto procurou promover as reuniões necessárias em espaços amplos e sempre considerando a adoção das medidas necessárias para salvaguardar a saúde de todos os presentes.

As primeiras restrições à COVID-19 foram levantadas em abril de 2022 e a partir desse momento foi possível promover reuniões mais amplas e abertas de forma a assegurar uma maior participação de todos os parceiros interessados e envolvidos.

A segunda nota, ainda prévia, para referir que Vila Nova de Gaia optou por dividir o GPAL em dois grupos de trabalho: um interno, composto pelos técnicos da Gaiurb, E.M. onde se exploraram as potencialidades existentes no âmbito das atividades desenvolvidas internamente em matéria de urbanismo, planeamento urbano, reabilitação urbana e gestão urbanística; um segundo, composto por todos os parceiros externos que aceitaram o desafio lançado pela Gaiurb e acompanharam de forma muito próxima o desenvolvimento do projeto e do PLAI:

Direção Municipal de Infraestruturas e Espaços Públicos da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Norte
Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte
Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Ordem dos Engenheiros – Secção Regional do Norte
Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Associação Comercial e Industrial de Gaia
Águas de Gaia, E.M.	InovaGaia
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	BuiltCoLab - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto	Universidade do Minho – Escola de Engenharia

CONVERSA CIRCULAR

Por fim, uma terceira nota para referir que a dinâmica de trabalho alcançada entre os membros do GPAL conduziu à dinamização de atividades de carácter mais informal, participadas e abertas ao público, como a iniciativa "Conversas Circulares".

Estas conversas visaram assinalar e marcar as questões essenciais que vinham sendo discutidas entre os vários membros do GPAL e constituíram marcos importantes para o desenvolvimento dos trabalhos de Vila Nova de Gaia.

A **1.ª Conversa Circular** contou com a participação do Dr. Ricardo Maia Magalhães, advogado, especialista em contratação pública. Destacamos a abordagem a uma contratação pública estratégica, como motor de desenvolvimento de políticas públicas horizontais, reconhecendo a importância de explorar as potencialidades do Código dos Contratos Públicos, através da inclusão nos cadernos de encargos de critérios de certificação ambiental (como por exemplo as normas ISO) e rótulos ecológicos, passando depois pelo reconhecimento do papel da soft law, em particular a proveniente da União Europeia, como o Manual das Compras Ecológicas.

"Go green or explain", uma máxima já em uso em vários países europeus, surge como uma alternativa ao business as usual e contribui para a promoção de políticas de natureza social e ambiental, expressamente constantes do Código dos Contratos Públicos em vigor.

O mote para a **2.ª Conversa Circular** foi lançado pelos parceiros do GPAL que pretendem identificar as oportunidades dos instrumentos de gestão territorial para a transição de uma economia linear para uma economia circular que permita reconhecer e promover essa mesma circularidade dentro dos ecossistemas dos territórios.

Destacamos a importância de conceber e trabalhar para um novo modelo urbano, que promova uma cidade compacta, policêntrica, assente na criação de mais espaços públicos e zonas verdes e na promoção de uma mobilidade mais sustentável. A conversa andou em torno destes 4 pilares, identificando-os como oportunidades para promover a circularidade das cidades e olhando para Vila Nova de Gaia como um exemplo de reflexão e promoção de novos modelos urbanos. Ao libertar espaço urbano e rentabilizar as infraestruturas existentes estamos a evidenciar os 3 "R" - Resiliência, Regeneração e Recirculação e a promover uma cidade mais circular.

A 3.ª Conversa Circular contou com a participação do gabinete DostaTec, que apresentou uma abordagem holística, baseada na Avaliação do Ciclo de Vida, desempenho da construção, impacto ambiental dos materiais, de modo a equilibrar soluções passivas e ativas, e garantir o máximo o conforto humano (térmico e visual).

Adrian Krężlik e Mateo Barbero, discutiram com todos os presentes a importância de estimular uma boa relação entre o meio construído e o meio natural, assim como, garantir um impacto positivo na saúde humana e no bem-estar. Desta conversa, destacamos a abordagem técnica e concreta aos "ganhos" e "perdas" associados à atividade de construção.

Esta abordagem, assumida desde logo pela equipa de projeto, permitiu capitalizar os conhecimentos e know-how dos parceiros locais que, motivados pelo tema, contribuíram de forma muito positiva para o desenvolvimento do PLAI.

Sem prejuízo, foram realizadas reuniões de trabalho com os membros do GPAL de forma a evoluir em conjunto para a delineação e concretização das ações a incluir no PLAI a desenvolver.

1ª REUNIÃO GRUPO DE PLANEAMENTO E AÇÃO LOCAL VILA NOVA DE GAIA

(08 DE NOVEMBRO 2022)

A 1.ª Reunião do Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL), realizada a 8 de novembro de 2021, visou apresentar o projeto da R2CS a todos os participantes e, ainda, conhecer, constituir e dinamizar o grupo de parceiros locais que iriam acompanhar o desenvolvimento do projeto.

A visita arrancou com uma conversa entre a Equipa do Projeto e o Perito de Rede e teve como principais objetivos conhecer com maior detalhe as estratégias implementadas em Vila Nova de Gaia e os pontos de contacto com as áreas temáticas da Rede a desenvolver, explorando os conceitos e políticas inerentes à EMAAC – Estratégia Municipal para Adaptação às Alterações Climáticas e aos instrumentos de gestão territorial em vigor, como o Plano Diretor Municipal, agora em fase de revisão, e o Plano de Urbanização da Avenida da República.

A primeira reunião aconteceu ainda durante a Fase 1 do projeto R2CS e consistiu na apresentação da parceria, do projeto e da metodologia a implementar, bem como numa discussão entre todos os presentes em torno dos principais problemas e desafios que se colocam às entidades públicas e privadas em matéria de economia circular, sustentabilidade e políticas públicas. Desde a capacitação, à criação de canais de comunicação e passando pela criação de ferramentas de controlo de sustentabilidade, a conversa fluiu entre os participantes que não hesitaram em partilhar experiências e hesitações.

2ª REUNIÃO GRUPO DE PLANEAMENTO E AÇÃO LOCAL VILA NOVA DE GAIA

(27 DE MAIO 2022)

A 2.ª reunião do GPAL aconteceu em simultâneo com a reunião de lançamento da Fase 2 do projeto R2CS e contou com a colaboração do Built CoLAB – Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, que partilhou com todos os presentes os desafios da elaboração de um Plano de Ação para a Economia Circular no setor da construção e os compromissos com a dimensão local, seus atores e expectativas.

Compromisso, colaboração e responsabilidade foram as três grandes máximas apontadas por António Miguel Castro, presidente do Conselho de Administração da Gaiurb, no que concerne ao desenvolvimento das cidades circulares e sua inerente sustentabilidade. Defendeu ainda a alavancagem de um conjunto de iniciativas que as populações necessitam, no sentido de trabalhar o futuro das comunidades.

Nesta reunião, foi apresentado aos membros do GPAL a síntese dos contributos apurados durante a Fase 1 do projeto e que iriam ditar os principais eixos de trabalho a desenvolver no PLAI.

Desafios:

- Racionalizar a infraestrutura/ Aproveitar folga/ Evitar zonas de carência.
- Onerar construção nova/ Onerar demolição integral.
- Capacitação.
- Otimização do solo/ Contenção Urbana.
- Regulamentação de políticas públicas.
- Inclusão dos temas de sustentabilidade e Economia Circular nos currículos das Universidades.
- Tratamento do resíduo "terra" como recurso.
- Resiliência e Durabilidade das construções.
- Previsão de coberturas verdes.
- Uso do solo como um fator de sustentabilidade ambiental.
- Adaptação da legislação para permitir/facilitar o aproveitamento dos recursos naturais/materiais.
- Investigação e apresentação de resultados para sustentar as vantagens de reutilizar.
- Repensar e Educar para a Economia Circular.
- Comunicação: Parcerias profissionais, Entidades públicas e Sociedade.
- Deconstrução seletiva (caixilharias, tubagens, etc.).
- Deconstrução/Demolição seletiva de edifícios.
- Articulação: Políticas públicas,_Academia Téc. Empresarial, Cidadãos.
- Encontrar estratégias no CCP para privilegiar os métodos de construção sustentável.

Soluções

- Plataforma Stakeholders local.
- Integrar a Economia circular na cadeia de valor.
- Integrar o custo ambiental no custo da construção e infraestrutura.
- Construção modular versátil (adaptção ao longo do tempo).
- Criar canais de comunicação simples e eficientes para promover a partilha de recursos.
- Exigência de plano de deconstrução → Banco de materiais.
- Banco local de materiais reciclados.
- Refuncionalização de edifícios.
- Financiar o valor da "Não Construção" no sistema Urbano.
- Tornar a construção (ou ambiente construído) mais "leve".
- Envolver indústria nos grupos de ação local
- Criar ferramentas de medição dos indicadores de sustentabilidade.
- Criar métricas simples que possam ser aplicadas nos regulamentos municipais.
- Informar: O conhecimento é a melhor ferramenta
- Dar o exemplo, executar e construir com as melhores práticas
- Trazer Economia Circular para a educação.
- Informação sobre localização de terras ao abandono, sem qualquer utilização

3ª REUNIÃO GRUPO DE PLANEAMENTO E AÇÃO LOCAL VILA NOVA DE GAIA

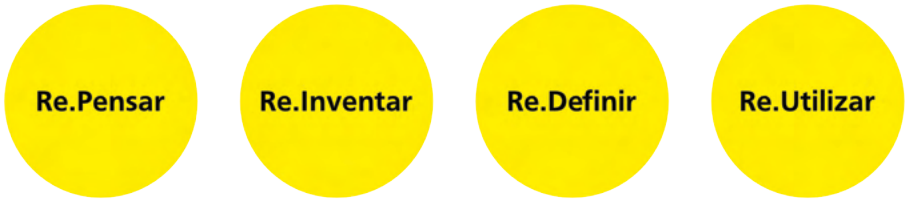
(21 DE OUTUBRO 2022)

A 3.ª reunião foi dedicada ao GPAL interno, tendo-se procurado fazer um ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos e obter orientação e inspiração dos técnicos para definir quais os principais eixos de ação a desenvolver no PLAI.

Motivados pela importância da Gaiurb, E.M. dar o exemplo nas práticas internas que desenvolve e promove, considerou-se essencial dar este passo no sentido de organizar o pensamento sistémico da equipa de trabalho, devidamente orientado para as práticas correntes da gestão urbanística, identificado todas as oportunidades existentes de melhoria e mudança de paradigma.

No seguimento dos trabalhos identificou-se com bastante clareza a proximidade existente entre os desafios identificados pelo GPAL externo e as oportunidades identificadas pelo GPAL interno.

Esta constatação veio consolidar os eixos de pensamento que estavam já a ser discutidos:



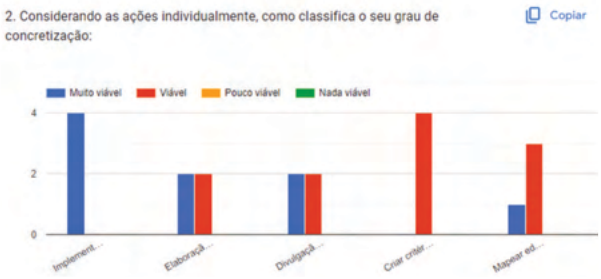
Os eixos estratégicos identificados confluem para a definição da visão comum e para a concretização das medidas de ação a desenvolver no PLAI.

4ª REUNIÃO GRUPO DE PLANEAMENTO E AÇÃO LOCAL VILA NOVA DE GAIA
(28 DE MARÇO 2023)

A 4.ª reunião do GPAL visou já consolidar a sistematização dos eixos estratégicos, objetivos específicos e linhas de ação a desenvolver no PLAI. Depois de todas as reuniões e Conversas Circulares realizadas entre os parceiros, internos e externos, a consolidação das linhas orientadoras do PLAI era já bastante clara entre todos, bem como os principais valores a desenvolver:

- Ações concretas, claras, realistas e direcionadoras;
- Ações capazes de ser executadas, mediante parcerias e colaborações existentes e reforçadas durante o desenvolvimento deste projeto;
- Ações que contribuam para o desenvolvimento da visão comum.

Em abril de 2023 foi apresentada a versão final do PLAI a todos os parceiros, através de um inquérito realizado através de formulário e que surtiu um efeito bastante positivo para melhorar o PLAI e limar algumas arestas.



Os contributos remetidos por via do inquérito realizado foram analisados e considerados na versão final do PLAI.

A versão final das linhas de ação a desenvolver foi consolidada com todos os parceiros do GPAL na última Conversa Circular, realizada em maio, na Gaiurb, E.M.

Podemos afirmar, com segurança e orgulho, que o PLAI desenvolvido é um documento verdadeiramente co-criado, que reflete as preocupações de todos os interlocutores envolvidos e que estabelece as pontes necessárias para uma colaboração futura muito profícua.

•

FICHA TÉCNICA

Tipo de documento

Plano Local de Ação Integrada (PLAI)

Título

Plano Local de Ação Inegrada do Município de Vila Nova de Gaia

Autor(es)

Carla Pires

Sofia Morais

Alecandra Rodrigues

Elsa Barbedo

Produção Gráfica

Alexandra Cabral

Acompanhamento do projeto

Maria João Azevedo

Detentor

Gaiurb, E.M.

R2CS
rede circular
para a construção
sustentável

REPÚBLICA PORTUGUESA
COESÃO TERRITORIAL

FUNDO AMBIENTAL

d.gTerritório
Direção-Geral do Território

InC2
Iniciativa Nacional Cidades Circulares